

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP SEI N° 0023802999/2024 - SECULT.UAD.ASDC

1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

Conforme exposto no Documento de Formalização de Demanda - DFD, a presente contratação justifica-se pela necessidade de pessoas com notório conhecimento técnico nas áreas ligadas ao setor cultural para avaliação dos projetos inscritos nos Editais publicados pelo Município de Joinville.

Atualmente, existe um Edital de credenciamento de pareceristas que teve baixa adesão, o que dificulta que a administração pública consiga profissionais habilitados para análise de todos os projetos inscritos nos editais, tendo que compor uma comissão de avaliação com a participação de servidores da Secretaria de Cultura e Turismo. Essa demanda sobrecarrega os servidores e gera morosidade no processo de avaliação.

Segundo a Lei 5.372/2005, compete ao Secretário de Cultura nomear a comissão que irá julgar os projetos submetidos aos editais de cultura, assim, se faz necessária a contratação ora proposta, com a utilização do percentual administrativo destinado para esses gastos, assim como ocorre com a Comissão de Análise de Projetos (CAP) responsável por avaliar projetos submetidos aos editais de mecenato, conforme dispõe a lei.

A contratação proposta, irá garantir maior isonomia no processo, sabendo que não terá o envolvimento de servidores públicos, além de celeridade e avaliação técnica específica para cada linguagem artística proposta, garantindo o bom andamento dos editais publicados por esta municipalidade, alcançando a eficiência da política pública da cultura.

No caso de impossibilidade na contratação da empresa especializada, não teremos pessoas qualificadas para avaliação dos projetos inscritos, uma vez que os servidores que compõem essa secretaria e que, ocasionalmente, avaliam projetos, não suportam conhecimento técnico em todas as linguagens artísticas. Além deste motivo, há de destacar que a avaliação por pareceristas externos é uma demanda recorrente nas reuniões do Conselho Municipal de Políticas Culturais.

A contratação proposta será utilizada a partir do ano de 2025, uma vez que o contrato com os pareceristas que hoje atendem a demanda se encerra em dezembro de 2024, em virtude de serem fundamentados na lei 8.666/93.

Ainda, é necessário que a avaliação seja realizada por pessoas físicas, devido à expertise técnica adquirida através de formação e de experiência no segmento cultural devido à atuação, ou por microempreendedor individual (MEI), visto se tratar de personalidade jurídica da pessoa física com a expertise exigida para a avaliação do projeto, não sendo permitida a subcontratação.

Justifica-se a necessidade de que os credenciados sejam residentes fora do município de Joinville para garantir a impessoalidade no processo de avaliação, tendo em vista que se residirem no município, a probabilidade de possuírem vínculo com os agentes culturais e proponentes de projetos, ser maior.

2 – DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL.

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Considerando a Instrução Normativa nº 04/2022 (0015231284), elenca que a elaboração do PCA como uma "alternativa" (uma vez a redação conter "poderá"), para o exercício de 2024:

Art. 9º. O Plano de Contratações Anual - PCA poderá ser exigido a partir do exercício de 2024, caso em que os Documentos de Formalização de Demanda deverão ser encaminhados até 01 de abril de 2023.

Muito embora não exista o Plano de Contratações Anual para o ano de 2025, a contratação está prevista no plano de ação da Secretaria.

A contratação também encontra amparo na Lei nº 8.993, de 31 de agosto de 2021, que dispõe sobre a revisão do PPA - Plano Plurianual 2022-2025 do Município de Joinville - Processo 21.0.187194-1.

3 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Para a adequada satisfação da necessidade da Administração, devem ser atendidos os seguintes requisitos mínimos:

a) Ser pessoa física ou microempreendedor individual, sendo que o seu representante deverá atender todos os critério estabelecidos;

b) Idade mínima de 18 anos;

c) Residir fora do município de Joinville;

d) Ter concluído curso de nível superior;

e) Comprovada experiência como produtor, realizador, gestor ou especialista nas áreas relacionadas abaixo:

I. Audiovisual;

II. Artes Visuais;

III. Artesanato;

IV. Cultura Popular;

V. Dança;

VI. Livro, Leitura e Literatura;

VII. Teatro e Circo;

VIII. Memória;

IX. Patrimônio Material;

X. Patrimônio Imaterial.

4 – ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

4.1 - Para a presente contratação, a estimativa das quantidades foi obtida considerando-se o número de projetos inscritos nos editais do FMIC/2023 com 67 (sessenta e sete) propostas inscritas, onde cada projeto deve ser avaliado por 3 (três) pareceristas.

4.2 - Para o levantamento das quantidades foi realizado o levantamento do número de inscritos nos últimos editais, consideradas as previsíveis alterações de demanda e a possibilidade de economia de escala.

4.3 - A quantidade estimada também foi demonstrada no Documento de Formalização de Demanda - DFD, constante neste processo (0023334118), conforme item 4.1 do referido documento.

5 - LEVANTAMENTO DE MERCADO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

5.1 - As soluções disponíveis no mercado para atender a necessidade da Administração são: licitação, convênio e credenciamento.

5.2 - A licitação consiste em uma modalidade de contratação por meio do qual a administração escolhe a proposta mais vantajosa e esse procedimento se desenvolve através de atos administrativos vinculativos entre o licitante e o poder público oferecendo iguais condições a todos interessados, que desejem contratar com a administração pública. A desvantagem é o vínculo ao objeto contratado, pois a demanda poderá surgir ao longo do contrato com o lançamento de mais de um edital e ou editais temáticas, além de não ter que ser realizado por apenas um fornecedor.

5.3 - O convênio consiste em uma modalidade de parceria por meio do qual a administração e entidades privadas sem fins lucrativos estabelecem vínculo cooperativo ou de parceria entre si, de modo a realizar um propósito comum, voltado ao interesse público. A desvantagem também é a dependência de um único prestador que deverá avaliar projetos de determinadas áreas ou subcontratar profissionais para realizar a avaliação, o que encarece o valor.

5.4 - O credenciamento consiste em uma modalidade de contratação por meio do qual todos os interessados que preencham os requisitos do edital podem ser credenciados. A vantagem é a possibilidade de contratação de vários prestadores para um único objeto, ou seja, contratação paralela e não excludente. Outra vantagem é a possibilidade de prestadores com conhecimento em várias linguagens artísticas e de vários lugares do país, garantindo isonomia, qualidade técnica e ampliação da variedade de projetos culturais executados no município.

5.5 - Considerando as soluções de mercado supra elencadas, considerando os elementos tragos em cada opção, demonstra-se como a melhor solução para atendimento ao interesse público envolvido a contratação na modalidade de credenciamento.

5.6 - Registra-se que a modalidade Credenciamento está prevista no inciso I do artigo 115 da Instrução Normativa nº 04/2022 (0015231284), aprovada pelo Decreto n.º 51.742/2022 (0015231852), e, diante do cenário exposto, caracteriza-se o interesse da Administração Municipal em contratar um maior número de prestadores de serviço.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

6.1 Os valores estimados para a contratação, bem como suas memórias de cálculo estão discriminados no presente processo, tendo por base levantamento preliminar de mercado/o histórico de contratações anteriores e a demanda esperada.

6.2 De início, estima-se a contratação no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Após análise das soluções de mercado supra elencadas, considerando os elementos dispostos em cada opção, demonstra-se como a melhor solução para atendimento ao interesse público envolvido a contratação de profissionais para a elaboração de pareceres a partir de análise técnica dos projetos submetidos aos editais de cultura lançados pelo Município de Joinville.

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

Considerando que trata-se de avaliação de projetos submetidos a um mesmo edital, ou ainda que distintos, tenham o mesmo objeto, não justifica-se o parcelamento da solução.

9 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Com a presente contratação busca-se o melhor aproveitamento dos recursos humanos disponíveis, possibilitando a otimização das atividades dos servidores municipais, pois o trabalho de análise seria realizado por profissionais especializados com a entrega de pareceres que auxiliarão no resultado final do edital.

Também se busca o melhor aproveitamento dos recursos materiais e financeiros, porque os trabalhos serão em ambiente externo e paralelo as atividades já desenvolvidas por esta secretaria, mostrando-se, portanto, a solução como positiva economicamente para o Município, não sendo necessária a remuneração de horas extras ou banco de horas.

Além das vantagens no aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros, a contratação também proporcionará outras vantagens, como melhoria em resultados, celeridade na homologação do Edital e melhor cumprimento das políticas públicas.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

10.1 Importante pontuar que, quanto a equipe técnica de fiscalização, essa Secretaria possui servidores com experiência técnica e conhecimento acerca do serviço a ser credenciado.

10.2 Não há a necessidade de contratações prévias para a execução do contrato.

10.3 Ainda, indicamos que quando da indicação dos membros para fiscalização do contrato, em atendimento ao princípio da segregação de funções, o ordenador da despesa deverá observar

que não se recomenda que os membros da elaboração da fase preparatória atuem como membros da comissão de fiscalização.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Há contratação de banca de avaliação de projetos pela Ata de Registro de Preços realizada pelo *Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Região da Amunesc - CIMAMUNESC*, com objeto semelhante, sendo este exclusivamente para avaliação dos projetos submetidos ao Edital da Política Nacional Aldir Blanc da edição do ano de 2024. Não há como a administração usar desta Ata nos demais editais, pois foi realizada com objeto específico.

Existe edital de credenciamento com objeto idêntico vigente, porém, este se encerra no dia 31 de dezembro de 2024, devido ao seu embasamento na lei 8.666, sendo necessário a realização de novo processo de credenciamento para os anos seguintes.

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Não se vislumbra impacto ambiental para a contratação. No entanto, caso cabível, a credenciada deverá observar a destinação adequada dos resíduos decorrentes da contratação.

13. ANÁLISE DE RISCOS

De acordo com o art. Art. 18, inciso X da Lei 14.133/2021, na fase preparatória, devem ser abordados os riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual

Analisando os Riscos da Contratação, podemos indicar os seguintes elementos:

- a) identificação de riscos - para a presente contratação, pelas análises realizadas e o histórico de contratações, não se vislumbra riscos, considerando a contratação de profissionais para elaboração de pareceres já ocorreu sem quaisquer intercorrências, conforme processo SEI 22.0.327702-0.
- b) análise de riscos - não se aplica.
- c) avaliação de riscos - não se aplica.
- d) tratamento de riscos - não se aplica.

14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

Parâmetro considerado	Sim	Não	Observação / Comentário
1. O modelo adotado para a contratação é o mais vantajoso para a Administração, tanto pelo aspecto técnico como pelo econômico?	x		
2. O modelo adotado para a contratação está em conformidade com o praticado no mercado?	x		

3. O valor estimado da contratação está em conformidade com a previsão orçamentária?	x		
4. Os resultados pretendidos com a contratação compensam os investimentos realizados pela Administração, em curto, médio e longo prazo?	x		
5. De acordo com a análise dos riscos para a contratação, a contratação é viável e não possui risco de dano ao erário? (moderado/médio a grave)	x		
6. Há risco de comprometimento do sucesso da licitação e da execução, considerando os fatos ocorridos em contratações anteriores do mesmo objeto ou similares.	x		
7. No caso do item anterior, foram indicadas as medidas necessárias para mitigar os riscos?	x		

CONCLUSÃO: Com base neste Estudo Técnico Preliminar, a Equipe/Comissão de Planejamento declara **viável** a contratação de profissionais para a elaboração de pareceres a partir de análise técnica dos projetos submetidos aos editais de cultura lançados pelo Município de Joinville nos moldes descritos no presente Estudo Técnico Preliminar, vez que se mostrou a solução técnica e economicamente mais adequada à necessidade da Administração e fundamentadamente atende ao interesse público.



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Cristiano Venske**, **Coordenador(a)**, em 05/12/2024, às 14:45, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Jonatas Alves da Silva**, **Coordenador(a)**, em 05/12/2024, às 15:09, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Guilherme Augusto Heinemann Gassenferth**, **Secretário (a)**, em 11/12/2024, às 17:01, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0023802999** e o código CRC **9159D1CE**.

Avenida José Vieira, 315 - Bairro Saguauçu - CEP 89204110 - Joinville - SC -
www.joinville.sc.gov.br